



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJRF)

PARECER DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 19/2018

I – RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 19/2018, de iniciativa do vereador *José Maria Soares*, institui no calendário oficial de datas comemorativas do Município o “DIA DO DEFICIENTE FÍSICO”.

O projeto supracitado foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 27 de março de 2018. Sendo encaminhado a esta Comissão Permanente, reservei a matéria para relatá-la, nos termos do art. 70 do Regimento Interno.

Na condição de Relator, passo então a exarar o parecer, em tempo hábil previsto no art. 71 da Resolução 264/1990, e pela competência regimental do art. 79, pelos fatos e fundamentos abaixo.

II – DA INICIATIVA E DOS FUNDAMENTOS:

A Lei Orgânica do Município, mais precisamente em seu art. 44, seguindo pelo princípio do paralelismo das formas ao que dispõe o texto do art. 61 da Carta Republicana de 88, estabelece quais sejam os agentes competentes para propor projetos de leis ordinárias e complementares no âmbito municipal.

Matéria que trata de estabelecer datas comemorativas no calendário oficial do Município de Nova Venécia é de competência comum, podendo qualquer dos membros dos poderes públicos deflagrar a matéria, conforme garantido no texto do art. 44 da Lei Orgânica, seguindo o comando da CF de 88 em seu art. 61.



Câmara Municipal de Nova Venécia ***Estado do Espírito Santo***

Verifica-se assim que a iniciativa, fase que deflagrou o processo de constituição da presente norma, é também extensiva ao vereador, sendo, portanto, válida, não apresentando vício de origem.

Continuando sobre o tema em análise, ainda na própria Lei Orgânica do Município, em seu art. 5º, I, seguindo o comando do art. 30, I, da CF de 88, temos que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local. A matéria, portanto, é afeta ao interesse local, considerando que se trata de data comemorativa no âmbito municipal.

Tratando-se de dispor de matéria de competência do ente federado local, deve ser cuidada na forma de lei ordinária, na seara do processo legislativo, observado o rol taxativo de espécies normativas, consoante o disposto no art. 59 da CF de 88, de reprodução obrigatória pelos entes federados, respeitadas as espécies que são atribuídas somente à União ou aos Estados membros.

Observa-se assim que a matéria vem a observar os requisitos legais para a devida apreciação e deliberação pelo colegiado, com pressupostos de validade no art. 30, I, da CF e no art. 5º, I, da Lei Orgânica.

Verifica-se que a mensagem da proposição traz as o texto justificado, não havendo necessidade de reprodução ou sustentação quanto, considerando que já é expressa, bastando apenas a remissão.

Deve, portanto, a proposição ser submetida ao crivo do colegiado soberano deste Poder Legislativo Municipal, para posterior sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Contudo, ser oportuno e adequado emendar a proposição em análise, alterando a ementa e o comando de seu art. 1º, para que seja alterado o objeto, passando a ser instituído o “DIA DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS”.

III – VOTO DO RELATOR:

Sendo assim, diante da observância dos requisitos indispensáveis que norteiam o processo de constituição da presente norma, como iniciativa, constitucionalidade material e cumprimento do rito no âmbito legislativo, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/2018, com restrições.

A restrição do voto é afeta à oportunidade de emendar a proposição em análise, alterando a ementa e o comando do seu art. 1º, para que seja alterado o objeto, passando a ser instituído o “DIA DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS”



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

É o VOTO do RELATOR, na forma do PARECER, pela aprovação do Projeto de Lei nº 19/2018 com restrições, alterando para “DIA DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS”.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 2 de abril de 2018; 64º de Emancipação Política; 16ª Legislatura.

LUCIANO MÁRCIO NUNES (PSB)
RELATOR - Presidente da CLJRF

PELAS CONCLUSÕES
PELAS CONCLUSÕES



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL (CLJRF)**

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE AO PROJETO DE LEI Nº
19/2018**

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 19/2018: institui no calendário oficial de datas comemorativas do Município o “DIA DO DEFICIENTE FÍSICO”.
INICIATIVA:	vereador José Maria Soares (PV)
RELATOR:	vereador Luciano Márcio Nunes (PSB), presidente da CLJRF.

A Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) manifesta-se pela aprovação na forma do PARECER do Relator da matéria com restrições, vereador Luciano Márcio Nunes, por unanimidade de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na reunião ordinária de 4 de abril de 2018, o que, de acordo com o art. 73, *caput*, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER da Comissão.



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) pela APROVAÇÃO COM RESTRIÇÕES ao PROJETO DE LEI Nº 19/2018.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 4 de abril de 2018; 64º de Emancipação Política; 16ª Legislatura.


LUCIANO MÁRCIO NUNES (PSB)
Presidente da CLJRF - RELATOR


JUÁREZ OLIOSI (PSB)
Vice-Presidente da CLJRF


JOSÉ LUIZ DA SILVA (PTdoB)
Membro da CLJRF